

## CONTEÚDOS

**01 EDITORIAL**

**02 ARTIGO VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM PROL DA SOCIEDADE: O PAIDEIA APPROACH**

**11 OPINIÕES OS DESAFIOS DA REPÚBLICA**

**16 NOVOS, RECENTES E RENOVADOS MUSEU DO ORIENTE**

**22 ENTREVISTA COM... JORGE SILVA**

**25 NOTÍCIAS ICOM**

**27 CALENDÁRIO DE INICIATIVAS**

## EDITORIAL

MARIA VLACHOU

O ano de 2010 foi o ano de celebração do centenário da República Portuguesa. Museus e não-museus em todo o país juntaram-se às comemorações e organizaram exposições que exploram este acontecimento de variadíssimos pontos de vista: desde a política e a imprensa, claro, às artes, à medicina, aos transportes, às comunicações, à ciência e a algumas individualidades, mais ou menos conhecidas na relação que tiveram com a República. Contactámos os responsáveis por duas destas exposições, **Jorge Custódio** e **Dulce Helena Borges**, e quisemos saber qual foi o maior desafio na abordagem a esta temática. Na página 14 encontra-se uma listagem de todas as exposições presentes no portal do Centenário da República.

**Fábio Carbone** é considerado pelos seus colegas 'o Bono da Arqueologia' porque consideram que através da sua ciência pretende mudar o mundo. Apresenta-nos aqui o *Paideia Approach* para a gestão do património arqueológico e cultural. Está convencido que o património arqueológico e o conhecimento produzido através do seu estudo possam ser uma componente fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e económico das comunidades e um ponto de partida para relações interculturais e inter-religiosas pacíficas. Inclui no seu artigo como estudo de caso o Museu e as Ruínas de Conímbriga.

O Museu do Oriente completa em Maio de 2011 três anos de vida. A actual directora, **Maria Manuela d'Oliveira Martins**, apresenta-nos o projecto e os múltiplos campos nos quais o museu desenvolve hoje a sua actividade. Temos ainda uma entrevista com o designer **Jorge Silva**, coleccionador compulsivo e visitante frequente de museus, em Portugal e no estrangeiro.

Como sempre, poderão ainda ler notícias relativas à actividade do ICOM Portugal e uma a agenda das iniciativas que se realizarão neste próximo trimestre e que interessam aos profissionais dos museus, se bem que muito mais reduzida do que é costume. Voltamos, por isso, a solicitar a colaboração de todos na actualização desta agenda.

## ARTIGO

### VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM PROL DA SOCIEDADE: O *PAIDEIA APPROACH*

#### FABIO CARBONE

Arqueólogo, Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo Cultural e do Património. Doutorando em Turismo. Docente na área de Turismo, Património e Sustentabilidade na Universidade Lusófona do Porto [fabiocarbone.pro@gmail.com](mailto:fabiocarbone.pro@gmail.com)

#### Introdução

Pouco tempo após o meu ingresso no mundo da pesquisa, após as primeiras apresentações públicas das minhas ideias acerca da arqueologia e da gestão do património, muitos colegas me apelidaram de ‘o Bono da arqueologia’: “Enquanto o Bono, provocador, empenhado e autêntico, pretende mudar o mundo através do Rock’n’Roll” – afirmam – “tu, igualmente provocador, empenhado e autêntico, queres fazê-lo através da arqueologia!”. Esta comparação lisonjeia-me, enquanto grande admirador do Bono, líder dos U2. Mas não só! Lisonjeia-me o facto de ter conseguido, evidentemente, comunicar aos meus colegas o meu desafio e a minha aspiração: estou, sim, firmemente convencido que o património arqueológico e o conhecimento produzido através do seu estudo possam ser uma componente fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e económico das comunidades e como ponto de partida para relações interculturais e inter-religiosas pacíficas.

Assentei a minha linha de pesquisa nesta ideia, nesta intuição: isto levou a uma análise atenta das políticas e dos instrumentos hoje disponíveis para uma gestão inovadora, integrada e estratégica dos recursos culturais, nomeadamente do conhecimento arqueológico em prol da sociedade. Por fim, cheguei à elaboração do *Paideia Approach* para a gestão do património arqueológico e cultural, inspirado no ideal aristotélico de formação do ‘homem livre’ através do conhecimento de si e, a seguir, do encontro pacífico com o ‘outro’. Nesta perspectiva, o turismo (enquanto propiciador do encontro com o ‘outro’) torna-se num *primus inter pares* entre as diferentes componentes que se integram nesta abordagem estratégica.

O *Paideia Approach* é, portanto, uma proposta de abordagem à gestão do património e do conhecimento arqueológico em prol da sociedade; uma abordagem integrada, amplamente articulada e assente na cooperação internacional. Defende a necessidade do intercâmbio constante de ideias, abordagens científicas e metodológicas nas áreas de gestão, turismo, formação, investigação, documentação e *expertise*, a fim de facilitar a transferência de conhecimento e de boas práticas em prol do desenvolvimento sustentável assente na valorização do património cultural e no âmbito da luta contra a pobreza e a pobreza extrema.

Neste artigo focar-se-á o aspecto da investigação que diz respeito à análise das práticas de valorização turística do património arqueológico na perspectiva da abordagem *Paideia*.

## 1. As bases da aliança entre Património e Turismo

A valorização do património e do conhecimento arqueológico enquanto recurso-chave para o desenvolvimento sociocultural e económico prevê a criação - e em alguns casos o fortalecimento - duma importante parceria entre Arqueologia e Turismo. No estudo realizado (Carbone, 2006) foi demonstrada a existência duma aliança ancestral entre património cultural e actividade turística. A razão está na motivação primordial do viajar: o conhecimento de si.

Existem teorias segundo as quais a raiz da própria palavra 'turismo' possa ter origem não no termo *tour*, mas no hebraico *tur*, que encontramos já na Bíblia com o significado de 'viagem de reconhecimento'. E se, de acordo com Peralta e Silva (1997), "os vestígios materiais e imateriais que nos falam do passado duma determinada área geográfica e cultural têm como característica determinante a capacidade de representar simbolicamente uma 'identidade'", então poderemos com razão afirmar que o património cultural (e arqueológico, sobretudo) encontra-se entre as mais antigas motivações para uma viagem!

A actividade de percorrer grandes distâncias, isto é, de viajar, prende-se originariamente não apenas com a necessidade humana de lazer - reivindicada depois na sociedade pós-industrial - mas, sobretudo, na epifania daquela actividade que depois será chamada 'turismo', com a necessidade humana de 'conhecer'. A situação alterou-se profundamente apenas com as mudanças sociais que se desencadearam desde o princípio do século XX e sobretudo a partir de 1950: nesta altura, a actividade turística foi assumindo novos significados, sobretudo socioeconómicos, levando ao turismo de massa e, sobretudo, tanto do lado da procura como do lado da oferta, a uma definição destorcida e bastante redutiva de 'lazer', demasiadas vezes encontrado como sinónimo de ócio.

A componente motivacional do conhecimento e auto-conhecimento teria que ser retomada e fomentada, não apenas para benefício da experiência turística mas, antes de mais, para um crescimento sócio-cultural das comunidades residentes.

A actividade turística, por seu lado, beneficia da valorização do património arqueológico e de todo o conhecimento produzido à sua volta, pela característica que este lhe confere: a unicidade e autenticidade, indispensáveis para o sucesso dum destino turístico. Entre os recursos turísticos primários dum território encontra-se, de acordo com autores como Yale (1992), o seu património arqueológico, isto é, os vestígios da chamada 'cultura material' (Carandini, 1996; Harris, 1979). A cultura e a história representam o *unicum* duma, e uma só, área geográfica, tornando-se, de acordo com Mckercher e du Cros (2002), nas componentes que mais podem diferenciar um destino turístico. A Australian Heritage Commission defende que "o património proporciona a possibilidade de poder 'contar histórias' acerca dum território e da sua gente", e aponta o património como elemento-chave do sucesso dum destino turístico (AHC, 2004). Resumindo, o principal valor acrescentado que o património, e em particular o património arqueológico, confere ao turismo é, portanto, ligado à sua capacidade de diferenciar e conferir unicidade e autenticidade a um destino.

A revisão proposta não diz respeito apenas ao potencial da arqueologia enquanto factor de desenvolvimento, mas toma também em consideração as oportunidades proporcionadas pelas recentes e profundas mudanças conceptuais que dizem respeito à actividade turística: tanto do lado da oferta como da procura, a actividade turística baseada nos "3S" (*Sun, Sand and Sea*) deixa espaço hoje para um mais

articulado, complexo e maduro desenvolvimento dum turismo que podemos definir, sem abandonar a fórmula, dos “3L” (*Leisure, Learning and Landscape*).

Estas reflexões tornam-se fundamentais na aspiração geral de redefinição do papel do património arqueológico no processo de desenvolvimento local através da sua grande aliança que podemos definir estratégica com o Turismo, e justificam a análise e a optimização das políticas de gestão e valorização do património.

## **2. Análise das políticas e das práticas de gestão do património arqueológico: o Museu e Ruínas de Conímbriga**

Os primeiros passos da investigação foram representados pela análise das orientações supranacionais para a gestão do património cultural, em geral, e arqueológico, em particular, para depois passar à análise das práticas e das políticas implementadas a nível nacional e local. Ao ponderar a metodologia a adoptar para a investigação, optou-se pelo estudo de caso, analisando o Museu e as Ruínas de Conímbriga. Podemos, portanto, resumir como de seguida os passos desta primeira fase da investigação no âmbito das políticas e práticas de gestão e valorização do património arqueológico:

- I. Formulação da hipótese de estudo: optimização da valorização turística do património arqueológico;
- II. Estudo prévio das orientações nacionais e supranacionais;
- III. Estudo de caso (Museu e Ruínas de Conímbriga), adoptando algumas das técnicas de recolha de dados propostas por Bell (1997) e Wilkinson e Birmingham (2003), como a entrevista e a observação directa, e estabelecendo uma série de parâmetros qualitativos e quantitativos a analisar;
- IV. Tratamento dos dados;
- V. Conclusões e sugestões.

A *Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico* (ICOMOS, 1990) forneceu os principais indicadores para a análise:

- Políticas integradas de protecção;
- Legislação e economia;
- Sistematização dos dados;
- Investigação;
- Manutenção e conservação;
- Apresentação, informação de reconstrução;
- Qualificação profissional;
- Cooperação internacional.

A estes indicadores principais, acrescentou-se a procura de informação ao nível de:

- Relações (culturais e socioeconómicas) entre a área arqueológica e a população residente;
- Níveis de integração, horizontal e vertical, no processo de gestão e valorização;

- Envolvimento dos técnicos do património (arqueólogos, técnicos de conservação, etc.) no processo de planeamento das actividades turísticas na área (tendo particular atenção nas modalidades de apresentação, ferramentas de interpretação arqueológica, etc.);
- Nível de implementação de princípios de sustentabilidade;
- Estratégia de marketing cultural adoptada para a promoção turístico-cultural da área arqueológica junto da população local e turistas.

Os dados estatísticos foram fornecidos pelo Instituto Português de Museus, actual Instituto de Museus e Conservação (ICM.IP), que elabora a informação estatística com base no despacho nº 9104/2004 (2ª Serie) do Ministério da Cultura. A análise dos dados recolhidos permitiu salientar os pontos fortes e fracos no âmbito da gestão da área arqueológica de Conímbriga, nomeadamente da sua valorização turística.

### 3. Algumas reflexões e sugestões acerca dos dados recolhidos

A área arqueológica de Conímbriga é um local de forte valor histórico e arqueológico. Numerosos foram os projectos implementados no âmbito da valorização do património, com grande sucesso de público, e numerosas são as actividades que o museu oferece aos seus visitantes para maximizar a qualidade da experiência vivida. A análise realizada permitiu focar de forma mais atenta a qualidade das políticas de gestão e valorização do património arqueológico, proporcionando um quadro claro da situação actual de acordo com os parâmetros adoptados. Os resultados, adaptados à escala de Likert, são apresentados na Figura 1.






					
INTEGRATED PROTECTION POLICIES;				X	
LEGISLATION ECONOMY;					X
SURVEY;		X			
INVESTIGATION	X				
MAINTENANCE AND CONSERVATION			X		
PRESENTATION, INFORMATION, RECONSTRUCTION		X			
PROFESSIONAL QUALIFI				X	
INT. CO-OPERATION.			X		

Figura 1: Reprodução dos resultados obtidos, adaptados à escala de Likert (Fonte: Carbone, 2010)

O objectivo geral do estudo foi a análise das actuais políticas e práticas de gestão com objectivo à optimização das mesmas para que o património e o conhecimento arqueológico se possam tornar num recurso dinâmico no processo de desenvolvimento local sustentável.

A análise demonstrou a existência de fortes competências e múltiplas tentativas de tornar o património arqueológico presente de Conímbriga num elemento dinamizador a nível sócio-cultural e económico para o desenvolvimento do destino, tendo-se registado até a implementação de projectos bastante inovadores de valorização turística. Existem, no entanto, algumas limitações, nomeadamente no que diz respeito à falta de autonomia e possibilidade de auto-financiamento dos gestores locais em relação aos órgãos centrais de gestão do património.

O actual modelo de gestão implementado a nível local é caracterizado por numerosas ligações com associações de desenvolvimento local; várias tentativas de dinamização cultural na área, e até a implementação de uma ferramenta de interpretação disponibilizada ao público que pode ser definida como bastante moderna; requalificação e valorização integrada do património arqueológico e cultural com a envolvente ambiental, etc. Contudo, este tipo de iniciativas positivas carece de continuidade devido à falta de autonomia, acima de tudo financeira, dos gestores locais, que acusam a urgência de novas formas de gestão das receitas ligadas à actividade turística na área. Inesperadamente, a falta duma real autonomia e descentralização das responsabilidades parecem, portanto, situar-se entre as limitações mais graves do modelo implementado.

Para além dum paradigma académico de gestão, é ainda mais urgente e necessário – e este é talvez o mais importante resultado deste estudo – a revisão das modalidades de tutela desta área (e outras) através de alternativas mais favoráveis à descentralização das responsabilidades e competências. *Conditio sine qua non*, de acordo com os dados emersos, seria então a de emendar as modalidades financeiras de tutela por parte do Estado, num processo de descentralização das responsabilidades. Uma alternativa viável seria constituída por uma tutela estadual mirada apenas a garantir as retribuições anuais do pessoal afecto ao museu, deixando que as receitas da bilheteira sejam geridas pelo próprio museu – que ficaria sujeito a supervisão e teria que apresentar periodicamente relatórios de actividades – pelas restantes despesas, desde a manutenção à implementação de projectos de conservação e valorização.

#### **4. Proposta de um paradigma de gestão para áreas arqueológicas**

Cruzando os resultados do levantamento exaustivo, do estudo das orientações supranacionais propostas e da análise das políticas implementadas a nível nacional e local, uma das mais importantes conclusões às quais se chegou foi a necessidade de um paradigma de gestão que pudesse ser flexível, mas que ao mesmo tempo garantisse que nenhum dos aspectos considerados como factores-chave pudesse ser negligenciados (Figura 2).

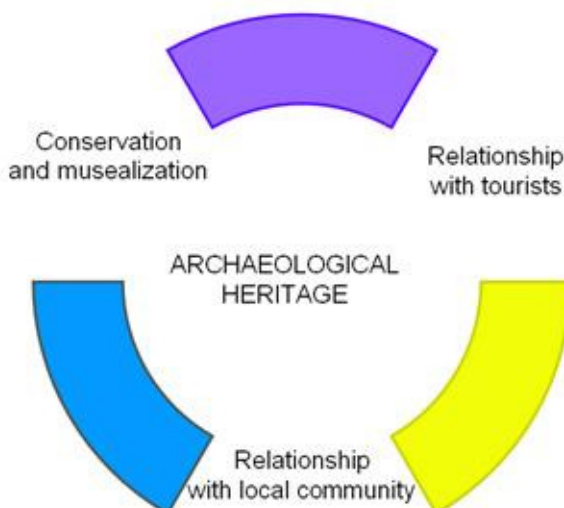


Figura 2: Modelo de gestão estratégica do património arqueológico (Fonte: Carbone, 2006)

A gestão duma área arqueológica teria que assentar na articulação de três vertentes principais: **conservação, relação com a população local e valorização turística**. A interação entre comunidade local, comunidade científica e operadores do sector turístico tem como principal objectivo promover um turismo cultural, nomeadamente arqueológico, que, do lado da procura, fomente nos visitantes a valorização da dimensão cultural das suas deslocações; do lado da oferta, melhore e optimize os esforços produzidos no âmbito da investigação arqueológica e da sua valorização, tendo como principal objectivo o crescimento equilibrado (não apenas económico, mas também sociocultural) da comunidade local.

A **conservação** representa a primeira prioridade na gestão do património arqueológico. A esta primeira componente do modelo fica subjacente, *in primis*, a contínua parceria entre áreas arqueológicas e institutos de investigação. Porém, a investigação deveria ser abrangente, não se limitando à mera pesquisa arqueológica, mas sim prevendo um esforço científico integrado, onde os planos de investigação arqueológica a médio e longo prazo incluam, desde logo, espaço para a investigação no âmbito das metodologias de valorização e de contextualização do recurso arqueológico na envolvente natural, cultural e social, bem como investigações no âmbito da exploração turística do património arqueológico (divulgação, comunicação, marketing, etc.).

As componentes do modelo não representam “repartições estanques”, desanexadas e autónomas, mas sim interligadas, interdependentes e integradas. Assim, a componente da conservação integra-se com as restantes. Pretende-se maximizar assim princípios como os defendidos na Carta pela Protecção e Gestão do Património Arqueológico, no qual se encontra, por exemplo, no Artigo 8, uma consideração acerca da reconstrução arqueológica, considerando ter igualmente funções de pesquisa experimental e interpretação (ICOMOS, 1990).

A segunda componente – ligação com a **comunidade residente** – diz respeito antes de mais à optimização do conhecimento arqueológico no processo de crescimento sociocultural da população local. O recurso arqueológico representa uma informação primária no contexto do conhecimento historiográfico e cultural. O contacto com tal informação, ligação tangível com o passado em forma de património móvel ou

imóvel, encontra-se disponível ao público geral, estando contudo o seu conteúdo ‘encriptado’ pelas dificuldades intrínsecas de interpretação. É obrigação da comunidade científica descodificar esta informação e, impreterivelmente, comunicar os seus conteúdos à comunidade. Mais uma vez, a dinâmica do modelo prevê interligação entre componentes: a actividade de pesquisa arqueológica num determinado local deveria ser acompanhada pela pesquisa e implementação dos métodos melhores de comunicação com a comunidade local, explorando os aspectos pedagógicos da Arqueologia, para uma fruição intelectual e conseguinte crescimento sociocultural dos recursos arqueológicos.

O contributo dos recursos culturais, nomeadamente arqueológicos, no âmbito do crescimento sociocultural da comunidade local, prende-se com o nosso conceito de **Paideia Approach**. Conceptualmente, a importância desta componente no âmbito dum desenvolvimento equilibrado, merece que a **sustentabilidade cultural** represente o quarto pilar da sustentabilidade, a par da sustentabilidade económica, social e ambiental.

Prende-se ainda com este conceito a possibilidade, numa óptica de dinâmica sociocultural, de fomentar projectos como a mobilidade, isto é, a possibilidade de realizar intercâmbios culturais; criação de **networks** nacionais e internacionais, dinamizadas por técnicos e gestores do património em parcerias com grupos de cidadãos, universidades, associações, academias, etc.; realização de projectos didácticos e de educação formal e não-formal. As próprias infra-estruturas turísticas teriam que ter como utente privilegiado a comunidade local, tornando-se o equipamento turístico em equipamento cultural, que represente um meio de divulgação do conhecimento arqueológico para os turistas, mas também para os residentes, e que as actividades sejam planeadas de forma a fomentar o intercâmbio directo entre população local e turistas. Este aspecto em particular liga-se com a última componente do modelo proposto, a **actividade turística**. A garantia de um *incoming* que maximize a dinamização socioeconómica pode apenas ser proporcionado por uma captação do público do exterior.

**Novo papel dos técnicos do património** no processo de “valorização turística do património”; criação de novos instrumentos de gestão de fluxos turísticos; criação de uma marca onde o aspecto cultural seja predominante. A qualidade do desenvolvimento turístico ligado ao património arqueológico prende-se com a fomentação de parcerias entre entidades, isto é, um trabalho conjunto de técnicos do turismo, técnicos de arqueologia e administrações (locais e nacionais), bem como especialistas que monitorizem os impactos socioeconómicos e culturais sobre a população local. O objectivo é garantir a máxima qualidade na experiência oferecida ao visitante, bem como maximizar os efeitos multiplicadores da actividade turística pelos residentes.

No que diz respeito ao **contacto entre visitantes e técnicos** empenhados na actividade de investigação arqueológica, defende-se a ideia duma “valorização da Arqueologia” que complemente e complete a mera “valorização do património arqueológico”. A organização de visitas aos locais da área arqueológica ainda em fase de investigação e escavação, devidamente equipada; o contacto dos visitantes com os arqueólogos e os técnicos do património, não enquanto mero acontecimento casual, mas sim como componente estruturante da oferta do ‘arqueoturismo’, representaria o fim (onde as condições de segurança o permitirem) das zonas interditas ao público, oferecendo ao visitante algo de tanto apelativo quanto o próprio vestígio arqueológico.

Em relação ao **branding management**, existe a necessidade da prática de gestão de marcas turísticas ligadas ao património cultural, nomeadamente arqueológico, que contribua eficazmente para o

desenvolvimento estratégico do turismo. Isto, no caso de Portugal, representaria mais um passo para ir além do “sol e mar”, no âmbito do planeamento e desenvolvimento turístico, a promoção sistemática de recursos que possam verdadeiramente marcar a unicidade do destino, privilegiando ao mesmo tempo factores de competitividade, diversificação da oferta e procura de recomendação por parte dos turistas.

## Conclusões

O estudo destacou as boas competências e uma forte vontade por parte dos actores locais envolvidos na gestão, valorização turística e dinamização da área arqueológica e museu de Conímbriga. Entre outros, destacou-se a capacidade de trabalho em rede: a implementação de projectos assentes na prática do *networking*, nacional e internacional, faz de Conímbriga um modelo a seguir. Levantaram-se, porém, uma serie de inesperadas problemáticas que representam um obstáculo para a eficiente actuação dos gestores locais, nomeadamente a falta de autonomia do ponto de vista financeiro. Esta situação dificulta a implementação de projectos inovadores e a simples tarefa de elaborar uma agenda cultural ou projectos que tenham entre os objectivos o auto-financiamento.

Como mostra claramente a Figura 1, outro ponto fraco é o actual nível de integração, horizontal e vertical, entre sector público e privado, no processo de gestão, tomada de decisão e de implementação de novos projectos. A divulgação dos conhecimentos arqueológicos; a fruição de áreas de interesse arqueológico por parte da população visa o crescimento da auto-estima e identidade cultural, mas também, dum ponto de vista económico, fomenta a recuperação de tradições antigas e conseqüente revitalização de actividades económicas tradicionais a vários níveis: criação de escolas de artes e ofícios tradicionais, investigações científicas nas áreas de antropologia e etnografia, bem como tecnológicas e de turismo; exploração económica de tradições locais, surgimento de actividades económicas colaterais e fomento de empreendedorismo no sector turístico e não só.

Concluindo, o *Paideia Approach* - do qual apresentamos neste artigo apenas alguns aspectos, mais ligados à questão da valorização turística do património - pretende ser uma abordagem estratégica de resposta aos novos desafios de desenvolvimento: a actual conjuntura socioeconómica mundial sugere de facto a urgência da adopção de novos paradigmas de desenvolvimento. A aposta em abordagens estratégicas mais assentes na constituição de sólidos alicerces culturais, na promoção do auto-conhecimento e nos equilíbrios socioeconómicos entre regiões – como propõe o *Paideia Approach* - prevê um papel mais importante, activo e dinâmico do património cultural. Uma aposta estratégica de sucesso que assenta fortemente na gestão do conhecimento arqueológico em prol da sociedade.

## Bibliografia

AHC (2004). *Successful Tourism At Heritage Places. A Guide For Tourism Operators, Heritage Managers And Communities*. Australian Heritage Commission.

Bell, J. (1997). *Como Realizar Um Projecto De Investigação. Um Guia Para A Pesquisa Em Ciências Sociais E Da Educação*. Gradiva, Lisboa (Portugal).

Carandini, A.(1981). *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*. Bari, De Donato,

Carbone, F. (2006). *Turismo, Património e Desenvolvimento Sustentável. Modelo de Gestão de Sítios Arqueológicos*. MSc thesis, Universidade de Aveiro (Portugal).

URL: <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2007000091>

Carbone, F. (2010). *Turismo, Arqueologia e Sustentabilidade. O conceito de Paideia Approach na gestão e valorização turística do património em prol da sociedade*, VI Workshop Arqueológico de Xingó e I Simposio Tematico Internacional. ARQUEOLOGIA – Integração, Conhecimento e Tecnologia Internacional (Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, 06-10-2010, SE – Brasil).

Harris, E. (1979). *Principles of Archaeological Stratigraphy*. Academic Press, UK.

ICOMOS, ICAHM (1990). *Charter for the Protection and management of Archaeological Heritage*. Lausanne.

Mckercher, B., du Cros, H. (2002). *The Partnership Between Tourism And Cultural Heritage Management*. London (UK) and N.Y.

Peralta da Silva, E. (1997). *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. [<http://ceaa.ufp.pt/turismo3.htm>], (Site accessed 9 March 2005).

Yale, P. (1992). *From Tourist Attraction To heritage Tourism*. ELM, UK.

---

## OPINIÕES

### OS DESAFIOS DA REPÚBLICA

#### I JORGE CUSTÓDIO

Comissário Científico da exposição *100 Anos de Património. Memória e Identidade. Portugal - 1910-2010*

A construção da exposição *100 Anos de Património. Memória e Identidade. Portugal - 1910-2010*, deveu-se a uma conjuntura complexa, vivida pela sociedade e a cultura portuguesa nos últimos anos. A evocação memorial da revolução republicana de 1910 permitiu o enquadramento de actualidade de um tema acerca do qual muito pouca coisa havia sido dita, dado desconhecimento do lugar fundador da 1.ª República na criação do Património.

A historiografia das questões da salvaguarda e conservação dos bens culturais em Portugal trabalhara sobre dois horizontes culturais bastante reduzidos em função do tempo longo desta disciplina. O primeiro, o período antecedente ao 5 de Outubro, enquanto identificação das origens da tomada da consciência do património. O segundo, correspondente ao período do Estado Novo, enquanto aproveitamento político e ideológico dos valores patrimoniais fundadores da nação, colocados ao serviço da justificação do presente e de “bandeira” do futuro.

Ora o desafio de pôr em cena a história do património em Portugal residia na coerência de um processo evolutivo, sem hiatos, que permitisse ler a continuidade e a mudança da cultura patrimonial portuguesa desde os seus fundamentos até ao presente. Ora para se atingir esse objectivo, faltavam a identificação da obra patrimonial da república (1910-1932), o estudo dos efeitos da Carta de Veneza (1964) sobre os territórios do património, à data do isolamento político do país e, finalmente, a contemporaneidade instalada no país depois do 25 de Abril de 1974, sobretudo materializada entre 1980 e 2010.

O problema resolveu-se por via de um processo de investigação total, simultaneamente extensivo e intensivo, objectivo e crítico (como se pretende na ciência histórica), com a finalidade de integrar uma leitura, tanto quanto possível isenta, constituinte e inter-relacionada da evolução histórica e dos momentos de viragem da salvaguarda, conservação e valorização do património.

A descoberta recente do lugar da 1.ª República na construção do património em Portugal, punha em destaque a obra republicana (legislativa, institucional, social e experimental), através da qual é possível compreender as origens das instituições actuais, das teorias e práticas que quisemos prosseguir, criticar e mudar no horizonte de Cem Anos. A partir dessa descoberta (relacionada com investigação de doutoramento do comissário científico), o antes e o depois de 1910 tornava-se mais claro, concatenado e logicamente coerente. Era como se a Memória e a Identidade se revelassem pela dialéctica das atitudes da salvaguarda e da conservação dos bens culturais, através da própria evolução das técnicas da ciência do património. O compromisso social da opinião pública ou da crítica ao indiferentismo social deviam resultar dos contextos das próprias conjunturas específicas que cada momento histórico revela.

Todavia, um processo que parecia linear, entre 1910 e 1964, altera-se e complexifica-se, dado o crescimento da participação social na construção do património e a explosão dos patrimónios, museus e técnicas de salvaguarda, classificação e interpretação dos documentos patrimoniais. Neste aspecto, a proximidade temporal dos acontecimentos exigia distanciação, difícil de materializar, dada a própria vivência dos seus actores com as realidades patrimoniais contemporâneas.

A contemporaneidade mostrava quanto os desafios da globalização punham em causa os valores inicialmente admitidos e intocáveis, como o volume de informação muda os conteúdos dos bens culturais e lhes confere novos estatutos, quanto o direito ao património impõe valores de inclusão, associando-os à cidadania e exigindo outros campos identitários.

A própria conjuntura vivida no campo do património, desde 2007, em função das profundas mudanças políticas e institucionais abria uma brecha tremenda no processo da herança patrimonial, na intervenção dos actores e nas lógicas socialmente admitidas, como se de um terramoto se tratasse, suscitando dúvidas, reacções em cadeia e ansiedade no seio da família patrimonial actual. Não podia a leitura dos Cem Anos do Património contribuir para uma reinvenção das atitudes, pondo de lado o que não interessava e salientando o que poderia ser comum à identidade colectiva do povo e da sociedade portuguesa?

Traduzir toda essa problemática em exposição era um desiderato difícil. Pela dimensão do projecto; pela dificuldade de escolha dos elementos e/ou objectos de identificação de cada período e de cada núcleo expositivo; pela arte a incorporar na leitura de um tema relativamente árido; pela necessidade da exposição ser um livro de leitura; pela capacidade de revelar o que era significativo e distinguir o acessório do essencial.

Tal como na memória se manifesta o esquecimento, é do anonimato que se liberta a identidade, dando conta que, em cada momento, se fazem as escolhas do património a transmitir às sociedades futuras. Tal não significa que essas sociedades recebam a herança em toda a sua dimensão. Fazem escolhas e dão aos documentos herdados outros significados. Por vezes olvidam-os, porque a memória se esbate e muda em esquecimento. Este problema implica que as sociedades e as cidadanias tenham mecanismos de coesão cultural e de valores que lhe permitem reinventar o património, como sinal de vida e significado de coesão humana, dado que sem vida não há património.

Esta exposição só podia ter sido o resultado de uma grande equipa, que pôde levantar uma ideia e a efectivou pela arte de expor, desenhando-a como se fosse um palimpsesto. O desafio foi de todos eles, do comissariado executivo, do secretariado técnico, do projecto expositivo (José Dias), do apoio à investigação e à montagem. Pretendeu celebrar a República comemorada pela revelação de um dos aspectos mais esquecidos da sua história e com o qual se distinguiu dos demais.

## **II DULCE HELENA BORGES**

Directora do Museu da Guarda

O Museu da Guarda celebrou o centenário da República com uma exposição, única até hoje realizada em Portugal, sobre a vida e a obra de uma figura singular da História da República em Portugal – Carolina Beatriz Ângelo.

Tratando-se de uma das figuras mais notáveis e emblemáticas da República, nascida na Guarda em 1878, que cursou medicina em Lisboa e se envolveu nos movimentos pacifistas, republicanos, feministas, maçónicos e sufragistas, Carolina Beatriz Ângelo fez história ao tornar-se a primeira mulher a votar em Portugal em 1911.

Habituada a trabalhar com objectos e a tirar deles a informação capaz de construir um discurso, contar uma história e produzir uma exposição, para a concretização deste projecto deparei-me com enormes dificuldades, dado não existir nas colecções do Museu da Guarda uma única peça relacionada com Carolina Beatriz

Ângelo. Perante esta realidade, parti para a investigação no terreno, tendo esta revelado que o espólio de Carolina simplesmente não existia, esfumara-se no tempo.

Se a importância histórica e cívica de fazer uma exposição sobre a feminista, sufragista, republicana e maçona Carolina Beatriz Ângelo era muito grande, o desejo e a vontade pessoais de concretizar este projecto eram ainda maiores. Prosseguir com a ideia e superar este enorme desafio era, assim, a única decisão a tomar.

Parti para a produção da exposição com apenas três manuscritos originais de Carolina e a sua tese de licenciatura. Uma das razões para a ausência de peças justifica-se pela curta vida de 33 anos que esta protagonista viveu. Vida breve, mas muito intensa, plena e carregada de significâncias, que levou à produção de dezenas de artigos jornalísticos. Os seus actos, as suas palavras e o seu desempenho deixaram um vasto testemunho nas páginas dos jornais, o qual passou a constituir a base para a realização desta exposição.

O trabalho nos museus constitui sempre um enorme desafio, pela capacidade de transmitir conhecimentos, estudar colecções, satisfazer o público, na expectativa que o resultado e avaliação final sejam positivos. O desafio é tanto mais estimulante quanto maiores são as dificuldades na implementação do projecto.

Pessoalmente e como museóloga sinto que, com a concretização deste propósito, e não obstante a ausência de objectos pessoais de Carolina Beatriz Ângelo capazes de interagir com os públicos, foi superado um conjunto de dificuldades, tendo sido possível apresentar uma exposição, acompanhada de catálogo que, sob o ponto de vista museológico e museográfico, tem sido objecto de grandes demonstrações de agrado por parte do grande público e dos especialistas.

Para o Museu da Guarda o desafio era conseguir recordar, enaltecer, divulgar e celebrar “a cidadã guardense, a republicana intransigente, livre pensadora, feminista apaixonada, a mulher inteligente e bondosa e espírito aberto a todas as reivindicações dos humildes, dos simples, dos banidos da felicidade, a cidadã empenhada, interventiva e crítica, a médica dedicada e a pioneira sufragista”. Com a exposição realizada pelo Museu da Guarda Carolina Beatriz Ângelo retomou o seu lugar na História.

**EXPOSIÇÕES DO CENTENÁRIO**

TÍTULO	LOCAL
República nos jornais	Lisboa, Galeria do Diário de Notícias
Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura	Porto, Centro Português de Fotografia
República na imprensa: do Porto a Lisboa	Porto, Museu Nacional da Imprensa
Povo / People	Lisboa, Museu da Electricidade
Comunicar na República	Lisboa, Museu das Telecomunicações
Uma rede que nos une	Lisboa, Estação do Rossio
Viajar: Viajantes e turistas à descoberta de Portuga no tempo da I República	Lisboa, Terreiro do Paço
Corpo-Estado, Medicina e sociedade no tempo da I República	Lisboa, Terreiro do Paço
Viva a República! 1910 - 2010	Lisboa, Cordoaria Nacional
Carolina Beatriz Ângelo	Guarda, Museu da Guarda
A República na génese da banda desenhada	Amadora, Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem
O caminho-de-ferro 1910 - 2010	Lisboa, Estação do Rossio
A implantação da República na Madeira	Funchal, Reitoria da Universidade da Madeira
Caricaturas de Abel Salazar	Famalicão, Museu Bernardino Machado
Letras e cores, ideias e autores da República	Lisboa, Museu Nacional do Traje
Modernismo, desenho humorístico e caricatura	Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes
Transparência: Abel Salazar e o seu tempo	Porto, Museu Nacional Soares dos Reis
100 anos de património	Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda
Enfim, a República!	Lisboa, Fundação Mário Soares
A guarda e a República	Lisboa, Ministério da Administração Interna
República revisitada	Lisboa, Galeria do Diário de Notícias

Mafra, da Monarquia Constitucional ao advento da República	Mafra, Palácio Nacional de Mafra
Eu fui uma testemunha. O 5 de Outubro em Lisboa	Lisboa, Paços do Concelho
A República de eléctrico	Lisboa, Museu da Carris
Silva Monteiro - Desenhos humorísticos n.ºs Ridículos 1908 - 1926	Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro
A imprensa terceirense na I República	Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo
Tempos e contratempos	Lisboa, Museu da Música
A cerâmica portuguesa: da Monarquia à República	Lisboa, Museu do Azulejo
Coleccionar para a Res Pública - Dr. Anastácio Gonçalves	Lisboa, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves
Res Publica. 1910 e 2010 face a face	Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
Às artes, cidadãos!	Porto, Fundação de Serralves
Viagens e missões científicas nos trópicos (1883 - 2010)	Lisboa, Jardim Botânico Tropical
Teixeira Gomes, Os anos passados no Porto	Porto, Museu Nac. Soares dos Reis
A República e a modernidade	Ponta Delgada, Museu Carlos Machado
O cinema em Portugal, Os primeiros anos	Lisboa, Museu de Ciência da Univ. de Lisboa
Columbano	Lisboa, Museu do Chiado
O Museu José Malhoa, as Caldas e a República	Caldas da Rainha, Museu José Malhoa
A República foi ao teatro	Lisboa, Museu Nacional do Teatro

Fonte: [www.centenariorepublica.pt](http://www.centenariorepublica.pt)

## NOVOS, RECENTES E RENOVADOS

### MUSEU DO ORIENTE

#### MARIA MANUELA D'OLIVEIRA MARTINS

Directora do Museu do Oriente



©Fundação Oriente/ Paulo Andrade

O Museu do Oriente, inaugurado em 8 de Maio de 2008, concretizou o desejo acalentado durante vinte anos pela Fundação Oriente desde a sua criação em 1988. Por definição estatutária, a Fundação Oriente tem como objectivo a prossecução de acções de carácter cultural, educativo, artístico, científico e filantrópico, a levar a cabo sobretudo em Portugal e Macau, e que visem a valorização e a continuidade das relações históricas e culturais entre Portugal e o Oriente, nomeadamente com a China.

Estão nesta linha de preocupações o estabelecimento de delegações nos países asiáticos onde a presença portuguesa foi mais forte, isto é, Goa, Macau e Timor; a criação de bolsas de investigação nas mais diversas áreas; o estabelecimento de protocolos e parcerias com os agentes culturais, científicos e filantrópicos mais representativos nestes países; a edição de publicações para a divulgação desse património; a realização de exposições para a sua valorização, sobre os mais variados temas; a organização de conferências, seminários e encontros; o financiamento de traduções de documentos portugueses para as línguas asiáticas.

Na mesma linha de acção, cedo começou a pesquisa em mercados de arte nacionais e estrangeiros, paralelamente com o estabelecimento de contactos com colecionadores particulares, no sentido de encontrar exemplares para venda ou depósito para o futuro museu. Concomitantemente à constituição do acervo, a procura do edifício para albergar a colecção foi um processo complexo e pleno de vicissitudes, mas muito bem sucedido.

Após várias tentativas para encontrar o espaço adequado, em 2003 a Fundação Oriente e a Administração do Porto de Lisboa iniciaram negociações para a utilização de um dos edifícios desactivados da zona portuária. A aquisição em 2004 do edifício Pedro Álvares Cabral pôs termo a uma longa procura de um espaço condigno para acolher a colecção, entretanto consolidada.

## O EDIFÍCIO

O Museu do Oriente situa-se em Alcântara e está instalado numa antiga construção portuária do início dos anos quarenta do século XX, da autoria do arquitecto João Simões Antunes (1908-1995). Este arquitecto, segundo palavras de João Paulo Martins, “ocupa no panorama da arquitectura portuguesa do séc. XX um lugar seguro, na esteira imediata daqueles que a historiografia tem identificado como protagonistas. Sendo uma figura que a vários títulos podemos definir como de charneira, marcou presença numa série de momentos chave da cultura arquitectónica portuguesa”.

Este edifício, classificado como imóvel de interesse público, foi construído para armazém frigorífico destinado à conservação do bacalhau seco e armazenamento de frutas frescas. Esta dupla funcionalidade reflecte-se quer na escolha do local (à beira do rio) quer no programa interno estabelecido como se de dois edifícios geminados se tratasse, com câmaras frigoríficas distintas e dois núcleos de acessos verticais situados nos extremos do imenso bloco arquitectónico.

A título de curiosidade refiro que a sua extraordinária capacidade de armazenamento permitia a instalação de oito antecâmaras e cinquenta câmaras frigoríficas, instaladas nas caves e nos pisos do edifício em compartimentos revestidos de cortiça, o isolante português mais utilizado e eficaz.

Para além das instalações industriais e denotando a vertente de apoio social e lúdica prestada aos trabalhadores pelo Estado, através da então FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho), o edifício foi dotado de um refeitório (no piso térreo), um ginásio (no último piso) e foi apetrechado com os mais modernos equipamentos para a prática de várias modalidades desportivas, como o basquetebol e a patinagem.

No seu interior, a construção apresentava-se, tal como hoje, com uma estrutura de lajes pilares e vigas de betão armado, sólida e resistente, preparada para suportar elevada carga de bacalhau e frutas frescas.

Foi esta unidade que foi objecto de intervenção dos arquitectos João Carrilho da Graça e Rui Francisco, que se norteou em primeiro lugar pela preservação do edifício e em segundo pela criação de um espaço simultaneamente acolhedor e intimista, mas também multifuncional, dotado dos mais modernos equipamentos.

Apesar dos constrangimentos do espaço original, entrecortado por numerosos pilares estruturais, foi encontrada uma solução que permitiu que estes fossem integrados nas próprias vitrinas, tornando-se suportes de objectos, de informação ou da própria sinalética do percurso expositivo.

O ambiente geral permitiu uma encenação, em que os objectos ganham força, pela luminosidade única e exclusivamente orientada para estes. A magia da gruta do tesouro atrai o visitante, numa revelação gradual das obras de arte.

O circuito expositivo estabelecido para os dois pisos do museu parte do vasto espaço central, onde se encontram os acessos (elevador e escadaria), acedendo-se quer para poente quer para nascente para duas enormes galerias com percursos circulares de modo a orientar o visitante na descoberta das colecções.

O imóvel, um imenso bloco paralelepípedo, de cor branca, com uma única decoração no exterior, um baixo relevo da autoria do escultor Barata Feyo, alusivo à pesca do bacalhau e à recolha de frutos, é constituído por

7 pisos, com uma área bruta de 15.692 m<sup>2</sup> e uma localização privilegiada, junto ao rio Tejo e a importantes vias de circulação. Nele são apresentadas as exposições permanentes e temporárias e estão instaladas as reservas e os serviços de apoio técnico: o Serviço Educativo, o Centro de Documentação António Alçada Baptista, o Centro de Reuniões e um Auditório, para além do restaurante, da cafetaria e da loja.

O espaço disponível para o enquadramento paisagístico e protecção do edifício abrange uma área contígua à fachada norte do museu, para a qual o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles projectou um jardim, com elementos inspirados nos jardins orientais: água, rochas e vegetação.

## A COLECÇÃO – CONCEITO E PROGRAMA



Núcleo de Timor-Leste. ©Fundação Oriente/ Ângelo Neves

“O Museu do Oriente é uma unidade museológica permanente aberta ao público, pertencente à Fundação Oriente, que tem por missão a valorização dos testemunhos quer da presença portuguesa na Ásia, quer das distintas culturas asiáticas.

Trata-se de um museu de âmbito territorial internacional e de carácter transdisciplinar, que procura, através do cruzamento de pontos de vista emergentes dos campos temáticos da História, da Arte da Antropologia, proporcionar aos Portugueses que nos visitam uma memória viva e actuante das culturas asiáticas e da relação secular que foi estabelecida entre o Oriente e o Ocidente, principalmente através de Portugal. A esses campos temáticos corresponde um diversificado património cultural de interesse histórico, artístico, documental, etnográfico e antropológico, relacionado tanto com a cultura popular e as religiões orientais como com os mais variados aspectos da presença portuguesa na Ásia ao longo de cinco séculos.” (Pereira, pág.22, 2008).

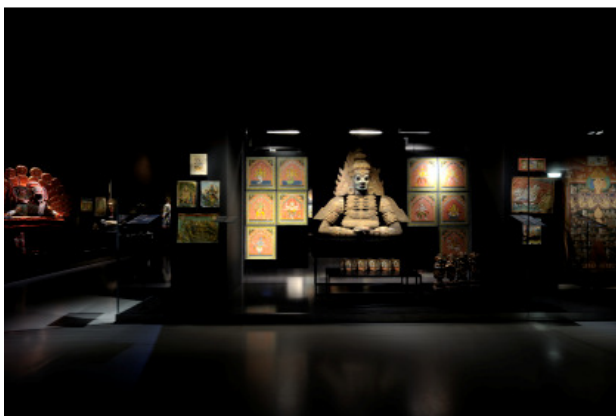
Tendo em conta estas premissas, o Museu do Oriente apresenta duas grandes colecções: a Presença Portuguesa na Ásia e Deuses da Ásia.

A primeira é constituída por um milhar de objectos artísticos e documentais adquiridos, ao longo de vinte anos, nos mercados nacional e internacional, que se distribuem pelos seguintes núcleos: *Macau; Da Índia à Ásia Extrem; Timor- Leste povos e cultura; Coleccionismo de Arte do Extremo Oriente*, integrando peças de

grande valor com especial destaque para a colecção de biombos chineses e japoneses dos séculos XVII e XVIII, para as várias peças de arte *namban* de grande raridade, para a colecção de porcelana brasonada da Companhia das Índias e ainda um significativo acervo relacionado com as culturas dos povos de Timor-Leste.

O Museu do Oriente, através do estabelecimento de protocolos de cooperação com instituições públicas e privadas e com particulares, recorreu à solicitação de depósitos de peças que pretendem minorar as lacunas existentes no seu acervo.

Assim, estão patentes ao público as colecções de Camilo Pessanha e Manuel Teixeira Gomes oriundas do Museu Nacional Machado de Castro, que integram por um lado rolos de pintura, álbuns caligráficos e o gabinete do letrado e por outro os famosos frascos de rapé, as *tsubas*, os *inros* e os *netsukes*.



Núcleo relativo à Índia, inserido na Exposição permanente "Deuses da Ásia". ©Fundação Oriente/ Paulo Andrade

No que diz respeito à segunda colecção, a de artefactos asiáticos, constituída por treze mil objectos oriundos de uma colecção reunida em Hong Kong pelo chinês Kwok On e continuada em Paris pelo sinólogo Jacques Pimpaneau e que dizem respeito às artes performativas, instrumentos musicais, brinquedos, marionetas, teatro de sombras, figurinos de teatro, divindades e objectos rituais de que se apresenta o núcleo dedicado aos *Deuses da Ásia*, com cerca de seiscentas e cinquenta peças. De destacar os núcleos relacionados com o hinduísmo e suas variantes no mundo asiático, com as religiões animistas e cultos xamânicos, com a religião popular chinesa e com o xintoísmo.

Esta colecção é considerada das mais importantes no contexto europeu por possuir exemplares de rara qualidade e espectacularidade.

Estas colecções foram distribuídas pelo primeiro (*Presença Portuguesa na Ásia*) e segundo pisos (*Deuses da Ásia*) numa área total que ronda os 4.000m<sup>2</sup>.

## ACTIVIDADES REGULARES

As actividades regulares do Museu distribuem-se em diversas valências:

1. As exposições temporárias desenvolvem-se por três galerias com uma periodicidade mensal, trimestral ou semestral consoante o espaço que ocupam e o interesse suscitado pela temática desenvolvida. Em todas elas se procura o elo com o Oriente e a sua projecção na contemporaneidade. Desde a joalharia contemporânea de influência hindu, ou nas fotografias de viagens ao Oriente, ou nos brinquedos japoneses antigos e actuais, a arquitectura asiática, a pintura japonesa. Recentemente o Museu do Oriente iniciou o seu périplo internacional com a exposição *Máscaras da Ásia*, integrada na Mostra Portuguesa, organizada pela Embaixada de Portugal em Madrid, que estará patente ao público até ao dia 9 de Dezembro na Caja Duero. Esta exposição irá, em seguida, itinerar por outras cidades espanholas.

2. As actividades lúdico-pedagógicas são desenvolvidas pelo Serviço Educativo para todos os públicos, destacando-se as visitas orientadas às exposições, as visita-jogo, as visita-oficina, os workshops de gastronomia, os projectos desenvolvidos com a comunidade escolar, as festas temáticas e as actividades organizadas com as comunidades asiáticas residentes em Portugal.



Grupo escolar no Serviço Educativo do Museu. ©Fundação Oriente/ Paulo Andrade

3. O Centro de Documentação que homenageia o escritor António Alçada Baptista, antigo director da Revista Oriente, tem lugar fundamental no apoio a actividades académicas, científicas e educacionais ao disponibilizar o seu fundo documental constituído por 25.000 volumes, periódicos e documentação audiovisual e multimédia, e ainda milhares de digitalizações do Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARSI).

4. Os espectáculos de música, de dança, de cinema, de teatro, seminários, cursos e conferências, têm lugar quer no Auditório quer nas salas do seu Centro de Reuniões.

5. A disponibilização ao público do restaurante, da cafetaria e da loja, permite que este encontre produtos singulares quer para degustação quer para aquisição.

O Museu do Oriente foi reconhecido pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) como o Melhor Museu Português do Ano e em 2009 foi nomeado para o European Museum Award of the Year (EMYA), o que constitui uma responsabilidade acrescida para os seus responsáveis e um nítido motivo de alento, dada a natureza da instituição e a vocação singular que possui, enquanto factor de diálogo com as civilizações do Oriente e enquanto memória viva de uma fecunda relação que induz a um enriquecimento mútuo baseado no conhecimento e compreensão entre pessoas e culturas.

## **Bibliografia**

Fundação Oriente/Museu (2008). *Presença Portuguesa na Ásia*. Catálogo

Fundação Oriente/Museu (2008). *Museu do Oriente – De Armazém Frigorífico a Espaço Museológico*.

Fundação Oriente/Museu (2008). *Deuses da Ásia*. Catálogo

Fundação Oriente/Museu (2008). *Máscaras da Ásia*. Catálogo

Fundação Oriente/Museu, Fondation BNP Paribas (2008). *Museu do Oriente*. Catálogo

---

## ENTREVISTA COM...



*Jorge Silva é designer gráfico. O seu atelier, Silva!Designers, encontra-se no Chiado. Um dia destes falou-me de um dos trabalhos que são da responsabilidade do atelier, a ADUFE, a agenda/revista cultural da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Perguntei-lhe logo se alguma vez tinha visitado o núcleo museológico do lagar. Disse que não.*

*E foi este o pretexto para esta mini-entrevista.*

*Maria Vlachou*

**ICOM.PT:** Como é que é possível que nunca tenhas visitado o lagar?

**Jorge Silva (JS):** Vou a Idanha uma vez por ano, para reunir com os responsáveis da revista. Não tenho normalmente tempo para visitas. No entanto, como as reuniões têm lugar no Centro Cultural Raiano, aproveito para ver as exposições que lá se encontram.. Para além da exposição permanente (alfaias agrícolas, etc.), há sempre exposições temporárias. Da última vez, vi uma sobre Ciganos e outra sobre uma banda filarmónica da zona.

**ICOM.PT:** Qual achas que é o papel dos museus e centros culturais nessas pequenas localidades? Qual é a sua relação com a população local?

**JS:** Um dos grandes problemas dessas zonas é a desertificação. Ali vivem poucas pessoas e a população está muito envelhecida. As pessoas responsáveis por esses espaços são muitas vezes imigrantes das grandes cidades. Lembro-me, por exemplo, do caso de Mértola, para onde Cláudio Torres levou muitos dos seus estudantes. Alguns fixaram-se por lá. Às vezes é mesmo alguém de fora que descobre, um olhar 'estrangeiro' que vê as coisas doutra forma. Em Idanha, penso que existe interesse em criar algo para quem vem de fora. A população local é pequena e envelhecida. O Centro Cultural Raiano apresenta uma oferta muito diversificada. Para além das exposições, tem ainda cinema, teatro, música, um anfiteatro ao ar livre.

**ICOM.PT:** Gostaste das exposições que viste agora?

**JS:** Os recursos são poucos. Por defeito profissional, procuro sempre olhar por trás das exposições. Procuro sempre perceber como é que estão feitas, o que é que eu teria feito. Os especialistas estão sempre preocupados em contar a história. A mim interessa-me o como contar a história, como criar um vínculo emocional com o público. Acho que deveria ser dada uma dimensão operática às exposições. Quanto mais pobres os materiais, maior deveria ser a dimensão. Não há temas pobres. Precisamos é de mais imaginação na forma como os apresentamos.

**ICOM.PT:** Quando viajas, visitas museus?

**JS:** Sim, sempre. Há cidades onde fico desequilibrado se lá estiver e não puder visitar certos espaços. Por exemplo, a Tate Modern em Londres, o Reina Sofia em Madrid, o Museu de História Natural em Nova Iorque... Muitas vezes viajamos de propósito para ver certas exposições. Foi assim com a exposição de William Blake na Tate Britain ou a de Tim Burton no MOMA. Quando era solteiro, viajava para comprar livros. Agora, com a família, são os museus que definem a agenda.

**ICOM.PT:** Quando eras pequeno, os teus pais levavam-te a museus?

**JS:** Não... Mas levavam-me ao Jardim Zoológico. Desenvolvi este interesse sozinho. Sempre fui um colecionador compulsivo. Coleciono livros ilustrados portugueses. Para mim, o museu é o repositório de uma determinada parcela do conhecimento humano. As coisas estão organizadas, catalogadas. Dá-se um testemunho do passado de forma legível. Um colecionador compulsivo como eu encontra logo a ligação. Hoje em dia, os museus são, obviamente, mais que isso. Na sociedade de informação existe também uma necessidade de interação. É preciso dar sentido à colecção. Os museus apresentam de várias formas as suas colecções, criam percursos, constroem um enredo. Como o Museu Berardo, por exemplo.

**ICOM.PT:** Achas que todos os museus fazem isso?

**JS:** Em Portugal talvez tenhamos museus a mais. Criamo-los e depois não temos condições para os programar. No entanto, acho que gradualmente vão todos seguindo este caminho. Portugal sofreu um avanço enorme nos últimos anos. Mesmo com uma situação económica complicada e pobre. Os espaços podem não ter meios, mas preocupam-se com estas questões, não falta ambição.

Penso que o Estado Novo teve muito a ver com isso. Preocupava-se muito com a classificação histórica. As razões podem hoje parecer-nos duvidosas, mas tinha de facto esta preocupação. Muitos designers expositivos, formaram-se e trabalharam nessa altura. O Museu de Arte Popular, por exemplo, é um produto do Estado Novo. E ainda bem que muitos agentes culturais se bateram contra o seu encerramento.

**ICOM.PT:** Qual o teu museu preferido em Portugal?

**JS:** O Museu de Arte Antiga, devido à solenidade do espaço e das obras. Valem os museus de coisas vivas? O Oceanário também, gosto muito. Sou também fã do MUDE. A Bárbara Coutinho tem uma fé e uma vontade extraordinárias. Lembro-me há três anos atrás fomos à Pecha Kucha no Lux. É um evento onde as pessoas podem fazer breves apresentações do seu trabalho. A Bárbara apresentou o museu, que ainda não existia! Foi deslumbrante.

**ICOM.PT:** Que qualidades achas que deve ter o director de um museu?

**JS:** A vida do museu depende da visão, da liderança. Um director de museu deve ser um visionário, deve ser um bom gestor, se for mediático, ainda melhor. Tudo isto é fundamental para conseguir apoios, financiamento, para criar uma imagem juntos dos *media*. O director não pode ser apenas um especialista. Ninguém hoje em dia vai a um museu para ver filas e filas de coisas com uma legenda. Temos uma nova geração de directores / comunicadores que têm estas qualidades. Lembro-me por exemplo da Dalila Rodrigues. Também da Rosalia Vargas. Basta ouvi-la falar do seu museu... Existe uma visão moderna, existe uma interligação com outras áreas de conhecimento.

**ICOM.PT:** O que é que impede, então, que haja mais casos destes?

**JS:** Existem atilhos burocráticos que obrigam a uma democracia que premeie a mediocridade e o conformismo. O MUDE é um exemplo de como o engenho resolve os problemas de dinheiro. Um museu no centro da cidade, re-contextualização do espaço, mediatismo, erudição e espectáculo. É fantástico. Os museus não podem ficar amarrados à seriedade, é uma questão de sobrevivência.

**ICOM.PT:** Qual será o caminho, na tua opinião?

**JS:** Um deles é a concentração, que faz com que as pessoas se desloquem. Estou muito a favor dos planos anunciados para a zona de Belém, com a construção do novo Museu dos Coches. A oferta cultural e turística vai aumentar e isto vai atrair mais pessoas.

**ICOM.PT:** Qual o museu que faz falta em Lisboa?

**JS:** O Museu da Ilustração. Ou talvez o Museu do Terramoto. O terramoto é cultura também. Eu moro e trabalho ao pé do Largo do Carmo. Todos os dias este espaço é visitado por muitas pessoas ou por causa do terramoto ou por causa do 25 de Abril. Foram dois 'terramotos'. Porque não?

**ICOM.PT:** Uma boa experiência num museu?

**JS:** Quando o MUDE fez uma exposição sobre o ilustrador António Garcia, a comissária, Sofia Pessoa, perguntou-me se não poderia emprestar da minha colecção os livros da editora Ulisseia. Tinha 50 exemplares. Ela tinha cedido os seus. Depois do fim da exposição, a Sofia disse-me que ia doar os seus livros ao museu. Fiquei uns dias a pensar nisso. Os livros não eram raros ou valiosos. Depois falei com ela e disse-lhe que ia doar também os meus. E lá ficaram. Foi uma experiência de 'retribuição'. Agora ando pelos alfarrabistas e pela Feira da Ladra para os repor. Já recuperei 2/3.

**ICOM.PT:** O que estás a pensar fazer com a tua colecção?

**JS:** Gostaria de doar a minha colecção, mas não tenho confiança nas instituições. Um amigo meu diz que em Portugal não existem instituições, existem pessoas. Eu posso doar a minha colecção e depois, uma nova política ou um novo director podem remetê-la para o limbo. Mas se houvesse um Museu da Ilustração arriscava.

## NOTÍCIAS ICOM

### 22ª CONFERÊNCIA GERAL E 25ª ASSEMBLEIA-GERAL DO ICOM EM XANGAI ISABEL TISSOT



Entre 7 e 12 de Novembro, em Shanghai, China, decorreram a 25ª Assembleia-geral e a 22ª Conferência Geral ICOM, subordinada ao tema “Museus e Harmonia Social”. Este encontro contou com a presença de cerca de 4000 profissionais de museus, provenientes de 127 países.

A cerimónia de abertura da Conferência contou com a participação de seis individualidades reconhecidas do mundo dos museus: Lourdes Arizpe, XiejunChen, GabriellaBattaini-Dragoni, OkwuiEnwezor, JinshiFane e Alpha Oumar Konaré.

Durante os seis dias da conferência aconteceram, em paralelo, vários fóruns, *workshops* e encontros. Entre eles, destacam-se: o do ICOM-Europa, no qual o presidente do ICOM-PT, Luís Raposo, foi eleito para membro da Direcção desta organização regional para o próximo triénio; as reuniões do ICOM-CC e da UMAC, durante as quais se promoveram as próximas conferências, a realizar em Lisboa, em Setembro de 2011, prevendo-se em conjunto uma participação de cerca de 1500 delegados; e por fim, o encontro do MINON com uma participação portuguesa assinalável.

O governo chinês investiu fortemente na organização da conferência geral do ICOM, acentuando a ligação com a temática da EXPO2010 “Better City, Better life”. Na cerimónia de encerramento, no dia 12 de Novembro, foi convidado o antigo presidente francês, Jacques Chirac.

Durante a 22.ª Assembleia-Geral, a 12 de Novembro, o Dr. Hans-Martin Hinz (Alemanha), foi eleito o presidente do ICOM. De 2010 a 2013 presidirá ao Conselho Executivo composto por 15 membros, também eleitos na Assembleia-Geral.

O Comité Consultivo é composto pelos presidentes dos comités nacionais, dos comités internacionais e pelas organizações afiliadas que elegeram Knut Wik (Noruega) e Kwane Sarpong (Gana), respectivamente, para presidente e vice-presidente, para o período de 2010-2013.

No final da Assembleia-Geral foi efectuada a passagem simbólica da bandeira do ICOM, para os elementos da comissão de organização da 23ª Conferência Geral e 28ª Assembleia-Geral que vão decorrer no Rio de Janeiro, Brasil, em 2013.

## **SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO ICOM PORTUGAL, LUÍS RAPOSO, NO SEMINÁRIO ARP 2010 “AVALIAÇÃO DE RISCO EM PATRIMÓNIO: NECESSIDADE OU LUXO?”, REALIZADO NOS DIAS 6 E 7 DE DEZEMBRO NO PORTO**

O Comité Internacional do Escudo Azul – ICBS , criado em 1996 pela iniciativa conjunta do ICA (Conselho Internacional dos Arquivos), ICOM (Conselho Internacional dos Museus), ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e IFLA (Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e das Bibliotecas), dá corpo a uma das mais prementes linhas de intervenção em defesa dos bens patrimoniais em todo Mundo, conformemente ao disposto na Convenção de Haia, de 1954.

As preocupações que, no pós-guerra, deram corpo ao novo sistema de organizações internacionais no qual a UNESCO tomou o seu lugar, não se encontram de modo algum ultrapassadas ou sequer atenuadas em mais de meio século entretanto passado. Não somente os conflitos armados não cessaram de existir, com todo o seu cortejo de danos, por vezes irreparáveis, sobre os bens patrimoniais, como se acentuaram os riscos potenciais resultantes de alterações climáticas e de todo o tipo de disfunções ambientais que a acção humana vem produzindo em ritmo crescente, frequentemente catastrófico e perigosamente irreversível.

As colecções de bens patrimoniais móveis, que mais amiúde se guardam em museus, sofrem em elevadíssimo grau de todo o tipo de riscos e danos acima citados. Por isso a Comissão Nacional Portuguesa do ICOM tem vindo a associar-se a todas as iniciativas que promovam a divulgação do Escudo Azul e o estudo das matérias que são objecto da sua reflexão técnica, iniciativas que continuamos a considerar oportunas e até prioritárias, merecendo o nosso apoio e participação activa. A plataforma conjunta que o ICBS pretende constituir, enquanto agregador dos profissionais das áreas de especialidade identificadas acima, disponibilizará competências específicas junto das entidades responsáveis pela intervenção imediata e assim se poderá potenciar o envolvimento e a qualidade nas acções de combate/resposta às catástrofes e acidentes de qualquer natureza.

Em 2011, a agenda de iniciativas do ICOM a terem lugar em Portugal poderá ser especialmente favorável para a promoção do Escudo Azul. Com efeito, quer a realização da Conferência Trienal do ICOM CC, quer a organização de um 1º Encontro das Comissões Nacionais do ICOM CPLP e do 6º Encontro dos Museus do mesmo âmbito, constituem oportunidades a ter em conta na maior difusão dos princípios do Escudo Azul, criando redes de contacto, porventura, novas modalidades organizativas dentro dos respectivos universos de referência e, sobretudo, contribuir activamente para criar a ponte entre os profissionais do sector e os organismos de intervenção, entre os quais se salienta a Protecção Civil.

A Comissão Nacional Portuguesa do ICOM expressa assim, mais uma vez, a sua total disponibilidade tanto para a criação em Portugal de um Comité Nacional do Escudo Azul, perspectivada desde 1995, como para a sedimentação de redes de contactos mais amplas.

## CALENDÁRIO DE INICIATIVAS DEZ 2010 ~ FEV 2011

### PORTUGAL

**[Seminário] INARTE – ENCONTROS INTERNACIONAIS INCLUSÃO PELA ARTE**

13 e 14 DEZ

São Luiz Teatro Municipal, Lisboa

Informações: <http://encontrosinarte.wordpress.com>

**[Encontro] SERVIÇOS EDUCATIVOS EM PORTUGAL: PONTO DA SITUAÇÃO**

7 FEV

Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa

Informações: [www.icom-portugal.org](http://www.icom-portugal.org)

### E AINDA...

Informação sobre todos os encontros dos Comitês Internacionais do ICOM em

<http://icom.museum/calendar.html>

**INFORMAÇÃO ICOM.PT** é uma publicação trimestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

**Editora** Maria Vlachou ([mariavlachou.pt@gmail.com](mailto:mariavlachou.pt@gmail.com))

**Design** Sistemas do Futuro

Colaboraram nesta edição: Dulce Helena Borges, Fabio Carbone, Isabel Tissot, Jorge Custódio, Luís Raposo, Maria Manuela d'Oliveira Martins, Maria Vlachou.

A todos os colaboradores o nosso agradecimento.